

# Agonia e extinção do Serviço de Proteção aos Índios no regime militar

RUBENS VALENTE

## Introdução

A longa história de 57 anos do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) foi encerrada em 1967, no terceiro ano da ditadura militar (1964-1985). No seu lugar veio a Funai (Fundação Nacional do Índio), desde então responsável pela execução da política indigenista do governo federal. A extinção do SPI tem sido mais associada por historiadores, pesquisadores e jornalistas, com razão, aos desmandos, maus tratos e crimes cometidos por funcionários do órgão contra indígenas. Mas parece relevante observar quais forças políticas agiram para enterrar o SPI e em que medida os militares da ditadura colaboraram para a derrocada do Serviço. Afinal de contas, durante mais de três anos, do golpe de 1964 até o fim do SPI, em 1967, o órgão esteve sob o controle da ditadura.

Um dos aspectos mais determinantes para o fim do órgão tem relação com uma guerra surda que ocorreu dentro do governo militar em torno da sucessão presidencial. Naquele momento sobressaiu como candidato “linha-dura” o general Afonso Augusto Albuquerque Lima (1909-1981). Ele tomou posse no cargo de ministro do Interior em março de 1967, logo depois que o general Castello Branco (1900-1967) perdeu a disputa interna pelo poder e passou a faixa presidencial para outro “linha-dura”, o general Arthur da Costa e Silva (1899-1969). O novo presidente logo realizou uma reforma ministerial, na qual o SPI passou para o guarda-chuva do Ministério do Interior, depois de quase 30 anos sob as asas do Ministério da Agricultura. Albuquerque Lima, um ativo participante do golpe militar de 1964, foi nomeado por Costa da Silva. No final daquela década, contudo, se tornaria um dos maiores críticos do seu ex-aliado, de olho na Presidência – Lima acabaria derrotado, na briga interna, por Garrastazu Médici (1905-1985).

Em março de 1967, ao assumir o Ministério do Interior, Albuquerque Lima imediatamente voltou suas atenções para o SPI. Cinco meses após a posse, determinou, em julho de 1967, a constituição de uma comissão de apuração interna sobre o Serviço. O resultado dos trabalhos ficaria conhecido

como Relatório Figueiredo, em referência ao presidente da comissão, o ex-procurador do DNOCS Jader Figueiredo.

O relatório deu a Albuquerque Lima justificativas para extinguir o SPI, medida anunciada com grande impacto por toda a imprensa. O general usou a chamada na época bandalheira no SPI para retomar um dos principais argumentos utilizados pelos militares para dar o golpe de 1964: o combate à corrupção. Os militares diziam na época do golpe que os civis eram incapazes de gerir a máquina pública. O artigo 8º do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 64, baixado pelos comandantes das três Forças (o general Arthur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald), comparava o crime contra o Estado ou contra o seu patrimônio, ou seja, a corrupção, à deflagração de “atos de guerra revolucionária”. Albuquerque Lima, portanto, tinha razões políticas imediatas para decretar o fim do SPI.

Aqui surge uma pergunta: o que foi que os militares fizeram para corrigir os rumos do SPI nos primeiros três anos e meio de ditadura? Os documentos e testemunhos da época indicam que quase nada, e no mais das vezes só fizeram piorar a situação.

Em junho de 1964, dois meses após o golpe de Estado contra Goulart, o SPI também caiu nas mãos dos militares. O conceituado médico Noel Nutels (1913-1973), ucraniano de nascimento e formado em Medicina no Recife (PE), com mais de 20 anos prestados ao SPI e à Fundação Brasil Central, ex-integrante da Expedição Roncador-Xingu nos anos 40, foi retirado do cargo pelos militares sem maiores explicações. Ele havia assumido a direção do SPI nove meses antes, em outubro de 1963, nomeado por João Goulart (1918-1976), e portanto teve pouco tempo para mudar a situação no órgão. Ela era nada menos que catastrófica, uma expressão usada não por adversários do SPI, mas pelos próprios dirigentes em documentos oficiais que circularam em altos gabinetes de Brasília e do Rio de Janeiro.

Na época do golpe, em 1964, o SPI tinha duas missões básicas sob a responsabilidade de seus cerca de 800 funcionários distribuídos em 105 ou 126 Postos Indígenas – os números divergem: prestar atendimento aos índios chamados “aldeados”, que seriam de 70 mil a 100 mil indivíduos, e realizar, quando necessário, os contatos com os índios “hostis” ou “arredios”, como se dizia então de forma pejorativa sobre os índios que são conhecidos hoje em dia tão somente como “isolados” ou “não contatados” – índios que simplesmente não queriam interagir com os não indígenas.

No papel as funções eram essas. A dura realidade era que o SPI não conseguia fazer satisfatoriamente nem uma coisa nem outra. O desastre no órgão foi um crescendo, um acúmulo de mortes, abandono, discriminação, miséria e roubo que começou antes de março de 1964 e, em boa parte do tempo, também sob comando militar. O órgão, criado por parte da oficialidade ligada ao Positivismo, foi dirigido em vários momentos por militares, a começar pelo seu primeiro diretor e um dos idealizadores, o marechal Cândido Rondon (1865-1958), mato-grossense de Mimoso, e formado pelo Exército no Rio de Janeiro. Ele estava cercado de diversos colaboradores que haviam integrado a Comissão Rondon, que construiu as linhas telegráficas que ligariam o Mato Grosso do Amazonas. Antes do golpe de 64, o Serviço foi chefiado, dentre outros, por um capitão do Exército (o engenheiro Antonio Martins Vianna Estigarríbia, em 1936), por um major (Durival Britto e Silva, de 1936 a 1937), por um

tenente-coronel (Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcellos, de 1937 a 1944), um general-de-divisão da reserva (José Luiz Guedes, de 1957 a 1961), outro tenente-coronel (Tasso Villar de Aquino, em 1961) e outro tenente-coronel (Moacyr Ribeiro Coelho, de 1961 a 1963).

Rondon resumiu numa frase aquilo que os funcionários do SPI deviam seguir à risca no contato com os índios: “Morrer se preciso for, matar nunca”, que traduz talvez a grande contribuição do SPI para o país: a introdução de uma visão humanista, de respeito dos índios, moldando uma consciência que estimulou gerações de heroicos homens e mulheres que trocaram o conforto das cidades pela vida ao lado dos índios, muitas vezes em regiões insalubres e perigosas. Muitos morreram pelas mãos dos próprios índios que defendiam.

Em seus primeiros cinco anos de atividades, de 1910 a 1915, o SPI tinha êxitos a propalar no campo das “pacificações” em São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Amazonas e Santa Catarina. Em todos esses casos, os índios corriam sérios riscos de sobrevivência antes que o Estado fizesse uma intervenção por meio do SPI.

“Os kaingangues, sabeis que viviam em contínuas lutas de morte com os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste, os pataxós nunca tinham tido contato, senão guerreiros, com os ‘civilizados’, os krenaks eram dizimados pelos colonos do Espírito Santos, em cujas propriedades cometiam depredações; os jauaperis, finalmente, [...] tão perseguidos e amontados eram, que houve em 1905 um governador que mandou às suas tabas uma expedição militar de extermínio. [...] os botocudos, de Santa Catarina, índios que viviam em guerra terrível contra os colonos alemães daquele Estado. [...] habituados [os colonos], por outro lado, a organizar periodicamente ‘batidas’ para caçar os silvícolas, receberam com agressões e insultos os agentes do SPI”, argumentou Rondon aos parlamentares brasileiros em 1915.<sup>1</sup>

O SPI vivia um paradoxo desde o nascimento. Foi criado, como resultado de um movimento que envolveu civis e militares, com o objetivo de proteger os índios, mas também queria prepará-los para se tornarem parte da “comunhão nacional”, ou seja, virarem trabalhadores rurais. No final das contas poderia operar contra a cultura, a história e a organização desses grupos. O primeiro nome do SPI, aliás, era SPILTN, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Para não haver dúvidas sobre o espaço que cabia ao índio nesse plano governamental, o órgão começou vinculado ao Ministério da Agricultura – exatamente o que tentou fazer, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ) com o tema da demarcação das terras indígenas, no que foi impedido pelo Congresso Nacional, pelo menos até o fechamento deste artigo, em setembro de 2019. Vinte anos depois de criado, o SPI passou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; quatro anos depois, ao Ministério da Guerra. Retornou em 1939 ao Ministério da Agricultura, ali permanecendo até 1967. Embora hoje antropológicamente sem sentido, a visão de que o índio poderia se tornar um agricultor “produtivo” por uma simples decisão dos chamados “civilizados”, na época de criação do SPI ela representava de fato um avanço em relação ao passado próximo. Não custa lembrar que, apenas cem anos antes, o então príncipe dom João VI havia emitido cartas-régias que declaravam guerra total e escravização dos índios boto-

1 “Pelos Nossos Aborígenes”, 1915, “Apelo ao Congresso Nacional pelo sr. Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon”. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

culos de Minas Gerais e dos “bugres” de São Paulo e de Goiás. Essas palavras são a prova documental de uma política de extermínio que, um século depois, se tornaria inconcebível para os padrões do SPI.

“[...] Deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim. [...] Que sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os índios Botocudos que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo Comandante por dez anos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo ele empregá-los em seu serviço particular durante esse tempo e conservá-los com a devida segurança, mesmo em ferros, enquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e antropofagia”.<sup>2</sup>

No começo do século XX, o SPI não declarava guerras contra os índios. Eles agora eram atraídos em operações de paz, na forma de expedições e frentes de atração, que incluíam a distribuição de presentes como machados, foices, facas, facões e espelhos. Mas depois que conseguia amansar os índios de forma que interrompessem as guerras contra a “civilização”, o SPI mudava drasticamente o modo de vida dos indígenas, os quais tomavam contato com doenças que poderiam matá-los rapidamente, definhavam pela mudança dos hábitos alimentares e sofriam baques tremendos na organização interna.

Assim, uma pergunta se impunha: nas mãos do SPI, os índios estavam mais ou menos protegidos? A única resposta possível era oferecer aos índios, e de forma rápida, esquemas efetivos de sobrevivência, quase sempre a partir de projetos de agricultura e pecuária que gerassem lucro, uma noção inteiramente desconhecida para os índios recém-contatados. Os índios não acostumados com essas práticas – muitos viviam da caça então abundante, da coleta de frutas, dos peixes e dos produtos de suas roças – precisavam de um apoio forte, vigilante e insistente do SPI. Era uma travessia perigosa entre dois modos de vida completamente distintos. Acrescente-se que os índios, uma vez declarados “pacificados” imediatamente saíam das manchetes dos jornais e do interesse da opinião pública, caindo no perigoso anonimato que encobria mortes, desídia e abandono, como aconteceu com os Tapayuna, do Mato Grosso.

A dupla função do SPI também fez surgir basicamente dois grupos distintos de trabalhadores no órgão. Os primeiros eram os chamados sertanistas, encarregados das frentes de atração e da “pacificação” dos índios aguerridos. Esses servidores geravam manchetes de jornais, eram assediados por jornalistas ávidos por suas histórias de coragem e abnegação e eram bajulados por políticos que queriam se livrar da incômoda presença de índios junto ao seu eleitorado na zona rural. Em segundo plano vinha a imensa maioria dos servidores do SPI, os chefes dos postos indígenas, os mecânicos, motoristas, educadores, enfermeiros, que faziam seu trabalho anônimo, diário, delicado, quase sempre sem os recursos necessários, e eventualmente com as mesmas tribos que, poucos anos antes, eram tratadas como um problema de segurança nacional.

Essa divisão de classes no quadro de pessoal se estendeu por décadas a fio e continuou firme na Funai, a sucedânea do SPI. Assim, o país batia palmas aos feitos heroicos de figuras como Rondon, Francisco Meireles (1908-1973) e os irmãos Villas Bôas, que eram contratados da Fundação Brasil

---

<sup>2</sup> Carta-Régia datada de 13 de maio de 1808 de João VI ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, ordenando encetar guerra ofensiva contra os índios Botocudos, acessível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_18/CartaRegia\\_1305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm).

Central, mas depois foram incorporados ao SPI, dentre outros nomes que marcaram época, mas desconhecia a atividade anônima e igualmente singular dos servidores do SPI que viviam na ponta do sistema, nas aldeias, às voltas com seus problemas de fome, de saúde e de terra. Nos postos indígenas, longe dos holofotes da imprensa e da atenção da opinião pública, fatos graves passaram a ocorrer. Os recursos financeiros e humanos do SPI foram escasseando ao longo do tempo.

Não adianta dizer que isso se deu exclusivamente pela incompetência de gestores civis. Os militares que comandaram o SPI, mesmo sob um governo central civil igualmente pouco conseguiram fazer. Ex-chefe do Estado Maior do IV Exército, no Recife (PE), o general de Exército José Luiz Guedes declarou que quando deixou a direção do SPI, em janeiro de 1961, o órgão não conseguia prestar assistência aos índios por absoluta falta de recursos do Tesouro Nacional. O orçamento total do último ano de sua gestão na área de assistência representava, em média, 270 “e tantos” cruzeiros por índio. Um machado custava, na época, segundo ele, 500 cruzeiros. Um facão, entre 140 a 180 cruzeiros. Ou seja, se o SPI distribuísse duas facas a cada índio, nada mais faria durante todo o ano.

“Era difícil fazer alguma coisa, e o SPI tinha que ater-se à pequena verba de que dispunha e da que poderia conseguir explorando a sua riqueza. [...] Vi logo que o Serviço era difícil de administrar, porque é espalhado por todo o Brasil e não tem um quadro dirigente. [...] Não há elementos para a fiscalização. De forma que as Inspetorias andam por conta dos chefes das Inspetorias. Por outro lado, os postos, dispersados por todo o Brasil, estão muitos deles a grande distância da Inspetoria, lutando com dificuldades de transporte e de verbas”.<sup>3</sup>

O general Vasco Khoff de Carvalho, que comandou o Território Federal de Rondônia de julho de 1961 a fevereiro de 1962, teve dos servidores do SPI que atuavam na região amazônica a seguinte impressão: “A maioria deles era constituída de ébrios contumazes, analfabetos. O SPI não existe na Amazônia. O SPI só prejudica o índio e explora o índio”.<sup>4</sup>

Em 2 de maio de 1963, uma sindicância do SPI concluiu, a respeito do posto indígena Capitão Iakri, dos índios kaingangues:

“A área do PI está totalmente devastada, de sua antiga floresta nada mais resta, só a serraria ali está parada, não levou o progresso e o conforto ao índio, levou a destruição de suas matas e consequentemente da caça, fonte de alimentação daquela gente. [...] O PI Capitão Iakri está divorciado do contato com o índio, somente em casos de doença aqueles procuram a sede do Posto, alguns há mais de um ano ali não comparecem. Não existe programa algum para manter o intercâmbio daquela unidade do SPI com seus tutelados”.<sup>5</sup>

Quando o conhecido sertanista do SPI Chico Meireles foi visitar um posto indígena no Território Federal de Rondônia, em junho de 1962, reconheceu em relatório:

“O pessoal do Posto (compreendendo a pessoa do Encarregado e dos trabalhadores) além de não possuir capacidade para se estabelecer na região, vive entregue, exclusivamente, aos seus negócios

3 Depoimento de Guedes prestado em 10 de junho de 1963 à CPI do Índio, em 1963, instalada na Câmara dos Deputados.

4 Depoimento prestado em 1963 à CPI do Índio, instalada na Câmara dos Deputados.

5 Relatório assinado por Nilo Oliveira Vellozo, chefe da seção de Estudos do SPI, e Nilson de Assis Castro. Autos do chamado Relatório Figueiredo, fls. 6224.

particulares, andando completamente alheio e indiferente à situação dos índios Pacaás-Novos, que ali estão aldeados desde sua pacificação. [...] No que tange aos nossos trabalhos [do SPI], ali, podemos dizer que nada há. Existem muitas lavouras feitas pelos índios, sob a iniciativa absoluta dos missionários americanos, que nem sequer recebem colaboração do pessoal do Posto”.

Ao assumir a direção do Serviço em 21 de dezembro de 1961, o general de divisão da reserva Moacyr Ribeiro Coelho constatou “rapidamente que, tal como estava estruturado, o SPI não poderia cumprir as suas tarefas específicas”. Nas palavras do seu próprio dirigente, o Serviço estava falido.

“O baixo nível dos servidores surgiu ao deficiente [Coelho] como a causa central da falência do Serviço. Por isso que eram esses funcionários presas fáceis dos grupos interessados na exploração do índio, particularmente daqueles que viam nas terras do Patrimônio Indígena um meio de enriquecer. Além do baixo nível econômico dos funcionários, circunstância que propiciava a corrupção dos mesmos por parte daqueles grupos, o seu nível técnico era ineficaz, o que ainda mais agravava a situação. Pois, daí resultava que o índio além de espoliado era desassistido”.<sup>6</sup>

O quadro descrito por Coelho nos postos indígenas era devastador. Em 4 de março de 1963, portanto em pleno governo de João Goulart, ele dirigiu um ofício ao ministro da Agricultura, José Ermírio de Moraes, ao qual o SPI estava subordinado, requisitando medidas urgentes para salvar os postos. Estes eram fiscalizados pelas chamadas Inspetorias, em número de nove no país, mas elas estavam igualmente desgraçadas.

“Salvo algumas poucas e honrosas exceções – fruto da dedicação e do interesse dos funcionários – os postos encontram-se em lamentável estado: desassistidos, carecentes de tudo, sem fiscalização, ficam os índios entregues a si mesmos e a terra indígena à mercê da cupidez de estranhos e, não raro, da exploração clandestina por parte dos próprios encarregados e demais funcionários. Campeiam o ócio, a irresponsabilidade e os atentados à coisa pública. [Sobre as inspetorias], dado à total falta de recursos com que lutam \_sobretudo meios rápidos de transporte\_ e sem sofrerem fiscalização ou estímulo, constituem apenas repartições burocráticas e sedentárias, e manipulam os recursos que recebem \_muitas vezes de maneira turbilhonaria e pouco convincente”.

Coelho também falou sobre ingerências políticas. Contou ao ministro que pretendia destituir o chefe da 1ª Inspetoria Regional, mas desistiu da ideia porque o servidor apelou a diversos políticos, que enviaram “pelo menos uma dúzia” de telegramas pedindo que ele fosse mantido no cargo. Coelho cedeu: “Premido pelos pedidos, fui tolerando a inoperante chefia”.

O próprio Coelho havia sido indicado não por serviços anteriores prestados ao índio, mas por uma eficiente indicação política de uma deputada federal bem posicionada no governo Jango. Ela mesmo confirmou a uma CPI no Congresso em 20 de maio de 1963:

“Conheci o coronel Moacyr Ribeiro Coelho numa das campanhas presidenciais em São Paulo. Este senhor, tendo amizade em casa, disse-me por diversas vezes que não se sentia bem nas Forças Armadas, porque [seria] perseguido, e gostaria de arranjar um lugar, um emprego civil. [...] Como sempre fui getulista, e petebista, e continuo sendo janguista, pedi a S. Exa. o sr. Presidente, [ilegível] nunca havia visto a cor do seu dinheiro em sua campanha, a [...] no SPI do tenente-coronel

---

6 Relatório assinado por Nilo Oliveira Vellozo, chefe da seção de Estudos do SPI, e Nilson de Assis Castro. Autos do chamado Relatório Figueiredo, fls. 6224.

Moacir Ribeiro Coelho. Levava seu pedido por escrito. S. Exa. despachou meu pedido, atendendo, e o entregou nas mãos do então chefe da Casa Militar, que é hoje o ministro da Guerra, Amauri [Amaury] Kruel, e disse-me ‘Deputada, agora tenha entendimento com o General, porque a minha já está resolvida.’ Então passei a ter entendimento com o general Kruel, chefe da Casa Militar, para a nomeação do coronel Moacir para a diretoria do SPI”.

Oito meses depois da posse no cargo, Moacyr Coelho dirigiu um ofício reservado ao então ministro da Agricultura, em 23 de agosto de 1962. São algumas das frases mais impressionantes escritas não por um adversário do governo, mas justamente pelo seu mais graduado funcionário na tarefa da proteção ao índio. A descrição que Coelho faz da situação do índio no país deixa poucas dúvidas sobre a realidade desesperadora que o índio aldeado enfrentava em todo canto no país.

“Através de diversas viagens de inspeção aos Postos Indígenas e Inspetorias Regionais tenho constatado, salvo poucas, mas confortadoras exceções, que o índio ‘assistido pelo SPI’ vegeta em condições miseráveis sendo, na grande maioria dos casos, vítima inocente da espoliação desenfreada praticada por terceiros, com a conivência de funcionários desonestos. [...] O problema seria de somenos e de fácil solução para o diretor, se se tratasse de casos isolados facilmente extirpáveis. Infelizmente, porém, o mal é tão generalizado que chega a constituir verdadeira situação de calamidade e incide de maneira nociva não só sobre o patrimônio público, como também sobre a moral dos funcionários e o bom nome do Serviço, além de constituir, pela vergonhosa espoliação a que submete o índio, uma afronta aos sentimentos da Humanidade”.

Quatro meses depois, Coelho convocou a Brasília todos os chefes de inspetorias e de seções do SPI para sua primeira reunião plenária. Compareceram, com exceção de dois, todos os principais dirigentes do Serviço. Havia no Brasil nove inspetorias em atividade, assim distribuídas: 1ª, Amazonas e Acre, 2ª, Pará e Amapá, 3ª, Maranhão, 4ª, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Minas Gerais, 5ª, sul de Mato Grosso e São Paulo; 6ª, Norte de Mato Grosso, 7ª, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 8ª, Goiás, e 9ª, Território Federal de Rondônia.

Na reunião, Coelho reconheceu: “O Serviço não dispõe de muita verba e os problemas apresentados são inúmeros. Devemos estudar, portanto, o modo mais objetivo do emprego dos recursos”.

Coelho dividiu os índios em três categorias; os arredios, os de contato recente e os de contato antigo. Sobre os últimos, os aldeados, disse Coelho:

“Impõe-se promover a dignificação dos índios e das populações, para lutar contra males que vem os dizimando, apresentando-se acabrunhados, doentes, desnutridos, vivendo em choças e dormindo sobre o solo. [...] Se há um SPI e o resultado de suas atividades, até agora, é tão melancólico, algo não está funcionando”.<sup>7</sup>

Nesse momento, Coelho fez um intervalo e mostrou diversas fotografias de índios que “habitam em palhoças, doentios, ventres volumosos e subnutridos”.

Todas as nove Inspetorias estavam com débitos nas suas praças, num total de 22,5 milhões de cruzeiros. Eram compras e serviços adquiridos pelas inspetorias na forma do fiado. Sem dinheiro, o SPI dava o calote. A título de comparação, o SPI tinha como promessa no orçamento, para o ano seguinte,

<sup>7</sup> Ata das reuniões plenárias realizadas nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 1962, publicadas no Boletim Interno nº 57 do SPI.

um total de 35 milhões de cruzeiros para serem aplicados em todo o país na área de assistência ao índio. O orçamento total era de 424 milhões de cruzeiros mas, desse total, 244 milhões estavam comprometidos com salários e outras remunerações dos servidores.

O chefe da 5ª Inspeção disse que seus postos não tinham “roças, estações de rádio e casas para os índios”. Os problemas eram “inúmeros, inadiáveis”, pois os postos estavam “desprovidos de implementos agrícolas e de tudo mais que possibilite uma assistência real e efetiva ao índio”. A 6ª Inspeção tinha sob seu comando 11 postos com mais de 1.500 índios, “todos carecentes de ferramentas e implementos agrícolas”. No posto indígena General Carneiro, os índios bororos estavam “doentes, rotos e famintos”.

No debate que se seguiu, os inspetores deixaram claro que algumas etnias queriam trabalhar a terra, mas simplesmente não tinham recursos, adubos, máquinas. O chefe da 8ª Inspeção declarou que “os índios canelas não são preguiçoso como apregoam. Já incorporou esses índios em seus postos, quando chefe da 2ª Inspeção, e os mesmos apresentaram grandes esforços de trabalho”.

Se o SPI não tinha dinheiro nem para movimentar uma roça, o que dizer de programas de demarcação de terras, que envolviam contratação de topógrafos e gastos com gasolina, passagens e diárias de hotel? Na reunião, revelou-se que haveria dinheiro, no orçamento seguinte, para ações de demarcação em apenas quatro, das nove inspeções. Uma das situações mais difíceis era a vivida pela 5ª Inspeção, que lutava para garantir direitos de índios do sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, onde lavradores entravam com força na região de Dourados, pressionando índios guaranis kaiowas, ñandevas e terenas. “A 5ª Inspeção ficou excluída”, consignou a ata da reunião.

Coelho encerrou a reunião dizendo que iria se empenhar para conseguir os recursos necessários. O problema estava longe de ser pontual, na verdade era epidêmico, e atingia o órgão em todo o país.

Um inspetor da 9ª região chegou a afirmar, em comissão de inquérito, que ao longo de todo o ano de 1962 não recebeu um centavo sequer da sede do SPI, então no Rio de Janeiro, tendo que se virar por conta própria.

“Os índios estavam mal alimentados, pois eram supridos dentro de nossas possibilidades. Ocorre que quase nada tínhamos. Tínhamos apenas o que produzíamos, e o que produzíamos era bem pouco, para assistir a mais de 1.000 índios aldeados”.<sup>8</sup>

A falta de recursos abria espaço a humilhações, como dar calote no comércio da praça ou mendigar favores. O servidor Jurandy Marcos da Fonseca, que anos depois viria a ser presidente da Funai, reconheceu, em documento assinado em 1968, que, em 1962, quando vereador da Câmara Municipal de Campo Grande, hoje capital de Mato Grosso do Sul, possuía uma “discreta cota de passagens” pela estrada de ferro Noroeste do Brasil e passou a distribuí-las ao pessoal do SPI, onde “a desmoralização” era “total”.

“Fui por diversas vezes procurado por funcionários do SPI, que alegavam que a Inspeção estava acéfala e não tinham condições de viajar. Propus-me então a arranjar as passagens”.

---

8 Termo de depoimento do servidor do SPI Alberico Soares Pereira, lotado na 8ª Inspeção Regional, datado de 26 de abril de 1968. Autos da Comissão de Inquérito (Relatório Figueiredo).



Mas isso não era nada perto do que ocorreu com o patrimônio de áreas indígenas inteiras, em especial no Paraná, no Rio Grande do Sul e no então Mato Grosso. Sem recursos, o SPI passou a arrendar terras para fazendeiros vizinhos, a vender madeira, a autorizar o funcionamento de serrarias e a permitir criação de gado alheio em terras indígenas. Esse conjunto de medidas não era de modo algum desconhecido pelo SPI, pelo contrário, era incentivado, tratado como uma solução viável para o problema crônico da falta de dinheiro. O resultado da exploração ganhou o nome de Renda Indígena. Ao lado do orçamento natural, era a segunda fonte de recursos do SPI, e das mais importantes. Os cálculos sobre a saída da matéria-prima ficavam sob o controle dos postos e das inspetorias do SPI. Os índios ficavam completamente alheios sobre os números. A renda não foi uma novidade dos anos 60, havendo depoimentos de que era uma prática comum desde, pelo menos, os anos 40.

Quando esses contratos vieram a público nos anos seguintes, foram recebidos com grande surpresa, mas o fato é que eram todos analisados pelos prepostos do SPI, inclusive com o lançamento de concorrências públicas anunciadas nos jornais locais.

Em ofício enviado ao Congresso Nacional em maio de 1963, o então diretor do SPI Moacyr Ribeiro Coelho reconheceu que o órgão tinha duas fontes de renda, o orçamento e a Renda Indígena, mas o controle sobre a segunda, pelo comando central do SPI, era nada menos que inexistente.

“Sua avaliação antecipada [da renda indígena] é, entretanto, extremamente difícil, seja pela falta de dados informativos fornecidos pelos postos indígenas e inspetores, seja pela variação que sofre a produção. Mesmo o valor dos arrendamentos, cujos levantamentos a Diretoria vem tentando realizar, não é possível estimar, de vez que tais arrendamentos, em sua maior parte, venham sendo efetuados sem conhecimento da Diretoria, que até agora permanece na ignorância da maior parte deles. Cabe considerar que a aplicação dessa renda é feita diretamente pelos postos indígenas e inspetores, que dela prestam contas à Diretoria posteriormente”.

Como o dinheiro entrava e saía pelas mãos dos inspetores e chefes de postos indígenas, também passou a ser usado como um paliativo para a crônica dificuldade financeira dos próprios servidores do SPI.

“É tradição os chefes dos postos utilizarem pequena parte da renda indígena para ajudar na manutenção sua e da família, em virtude dos míseros salários, procedendo o depoente do mesmo modo, já que não reputa criminoso, pois trabalha sem descanso”.<sup>9</sup>

O dinheiro do patrimônio dos índios também acabava pulverizado em inúmeros gastos administrativos que, em tese, deveriam ser bancados pela União, como

“aquisição e manutenção de veículos, máquinas de escrever, aparelhos de radio-transmissão, motores e geradores elétricos etc a compra de combustível, de móveis, utensílios e material de consumo (papel, carbono, fita de máquina, tinta, impressos em geral etc), o pagamento de alugueres de imóveis e, até, de pessoal”.<sup>10</sup>

9 Termo de inquirição do datilógrafo do SPI Nilson de Assis Castro, então encarregado do PI Nonoai, em 13 de novembro de 1967. Autos da Comissão de Inquérito (Relatório Figueiredo).

10 Defesa preliminar oferecida pelo major da reserva da Aeronáutica Danton Pinheiro Machado, ex-chefe da 7ª Inspeção Regional do SPI. Autos de Comissão de Inquérito (Relatório Figueiredo).

O percentual cobrado dos arrendatários variava de caso a caso. No Posto Indígena de Nonoai, por exemplo, a taxa era de 20% sobre a produção, conforme depoimento prestado pelo chefe do posto desde 1962, Jandyr Marques da Silva. Em meados dos anos 60, já havia 91 arrendatários com contratos firmados em Nonoai. Um efeito colateral era a atração de outros *civilizados* que não queriam fechar contrato algum com o SPI, simplesmente invadindo as terras. Em Nonoai, o número de invasores chegou a 400 no ano de 1967, conforme consta do Relatório Figueiredo em seu nono volume (:1820).

Com as terras dos índios ocupadas por *civilizados* com ou sem autorização do SPI, não poderia demorar muito para estourar grandes atritos. Foi o que aconteceu em diversas áreas indígenas. Em 28 de novembro de 1962, índios kadiwéus armados com revólveres, “alguns velhos mosquetões” e machetes mataram o pecuarista Primitivo André Couto em terras arrendadas na área indígena Kadiwéu, no Pantanal do sul de Mato Grosso. Os arrendamentos começaram em 1955, em virtude de uma enchente do rio Paraguai. Sem ter onde colocar o gado, os fazendeiros entraram em acordo com os índios para usar suas terras. Depois que o nível do rio baixou, alguns pecuaristas retornaram aos seus pastos originais, outros permaneceram na terra indígena. Em 1959, uma nova enchente determinou o reinício dos arrendamentos. Três anos depois, já havia entre 50 a 60 mil cabeças de gado na área indígena, tocadas por 61 arrendatários. Os fazendeiros pagavam ao SPI, com ou sem contrato, uma taxa de 3% de cada lotação. Os índios mesmo só criavam 1,5 mil cabeças.<sup>11</sup>

Primitivo Couto, o pecuarista morto, era sub-arrendatário do pecuarista Manoel Aureliano da Costa, conhecido como Manequinho, por sua vez sogro do deputado federal Edison Garcia de Brito – o deputado confirmou esse parentesco durante uma sessão no Congresso Nacional. O assassinato provocou a mobilização dos fazendeiros de Mato Grosso, que buscaram o apoio de Garcia e do poderoso senador Filinto Müller (1900-1973). Ex-aluno da Escola Militar do Realengo, no Rio, Müller participou de levantes tenentistas dos anos 20 e, em 1933, tornou-se chefe de polícia do Distrito Federal, na época Rio de Janeiro, cargo em que ficou por cerca de dez anos. Müller dirigiu o aparelho repressivo de Getúlio Vargas com mão de ferro, e está associado a diversas denúncias de torturas, como as praticadas contra os comunistas Artur e Elise Ewert, amigos do casal de comunistas Luís Carlos Prestes e Olga Benário. Müller elegeu-se várias vezes senador pelo Estado de Mato Grosso e, durante a ditadura militar, iria presidir a Arena, partido que dava sustentação ao regime militar.<sup>12</sup>

Em 1963, Müller compareceu à reunião dos pecuaristas que clamavam medidas contra o SPI e a manutenção dos contratos de arrendamento. Segundo os pecuaristas, os índios mataram Couto por terem sido instigados por homens do SPI a majorar os preços dos arrendamentos. Müller disse que não tinha conhecimento do assunto, “e agora se mostrava surpreso com a narração dos fatos que ali se passam e estão a merecer atenção dos poderes públicos”. Ele sugeriu aos pecuaristas que levassem os fatos ao conhecimento do general comandante da 9ª Região Militar, e anunciou que trataria do assunto “junto à direção do SPI, no Rio”.

---

11 Ata de reunião da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, datada de 5 de janeiro de 1963. Autos da CPI do Índio, no Congresso Nacional.

12 Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Müller e Garcia foram além, conseguiram instalar uma CPI no Congresso Nacional para investigar o SPI. O foco central eram as terras dos índios kadiwéus. Garcia não era membro da comissão, mas participava dos depoimentos. Além disso, ele foi o primeiro depoente da própria comissão, quando confirmou:

“A iniciativa desta CPI foi provocada por uma série de irregularidades notadas por mim em meu Estado, o Mato Grosso, e ganhou corpo no meu espírito diante das publicações feitas nos jornais desta Capital e anexadas por mim ao requerimento, de entrevistas do sr. coronel Moacyr”.

Garcia disse que os “índios, cerca de 50, correm as fazendas vizinhas espalhando o terror, queimando casas, apoderando-se dos vens e do gado dos fazendeiros das redondezas”. Chamou-os de “irresponsáveis”.

A CPI foi presidida pelo deputado Valério Magalhães, que teve um irmão, anos antes, afastado do SPI.<sup>13</sup> Era integrada também por Rachid Mamede, que fora presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso quando um grupo de deputados tentou, nos anos 50, aprovar leis que permitiriam, na prática, a perda de 100 mil hectares da mesma área kadiwéu, quase um terço da sua extensão total. A manobra foi abortada pelo governo do Estado e pelo SPI, que conseguiram uma decisão favorável no Supremo Tribunal Federal.

O foco da CPI era a suposta “instigação” à violência dos servidores do SPI e denúncias de fazendeiros da área kadiwéu de que eles cobravam propina para não aumentar o valor dos arrendamentos.

Aos arrendatários, somavam-se mais cerca de 60 invasores. O clima na área era de insegurança. O então chefe da 5ª Inspeção Regional adquiriu onze revólveres numa loja de armas em Campo Grande e os distribuiu entre os índios, pois ouviu rumores de uma represália. Ele afirmou ainda à Câmara que um índio havia sido assassinado antes de Couto.

O SPI procurou a ajuda de Cildo Meireles, um antigo defensor da causa indigenista e irmão do sertanista Francisco Meireles. Nascido em 1904, Cildo entrou no SPI nos anos 20, trabalhou em postos indígenas no Nordeste e chefiou a inspeção em Goiás, onde bateu de frente com o poder político da região ao defender a criação de uma reserva indígena para os índios Krahô, a Craolândia. Deixou o órgão nos 50, após um atrito com o então diretor, José Maria da Gama Malcher. Mesmo fora do SPI, Cildo seguiu fornecendo aos amigos, incluindo seu irmão, subsídios jurídicos sobre a situação fundiária de várias terras indígenas. Ele era considerado o intelectual da família e atuava como uma espécie de consultor do SPI<sup>14</sup> - Cildo é pai do jornalista Sérgio e de Cildo Meireles (1948-), que se tornaria um dos principais artistas plásticos do país.

Cildo foi convidado pelo SPI para ir ao Mato Grosso investigar o caso kadiwéu. Isso bastou para que ele entrasse na mira dos deputados. Questionaram os gastos da viagem e seu vínculo com o SPI. Cildo acabou tendo que depor na CPI, à qual explicou:

“A Inspeção foi obrigada a arrendar terras porque os magnatas, os fazendeiros e pecuaristas, invadiram completamente a área dos kadiwéus, criando, realmente, um fato consumado. O SPI não

13 Defesa escrita do general de divisão R1 Moacyr Ribeiro Coelho, ex-diretor do SPI, protocolada em 1968 nos autos de Comissão de Inquérito (Relatório Figueiredo).

14 Entrevista com Sérgio Meireles, filho de Cildo, em 15 de outubro de 2013, no Rio de Janeiro.

tinha força nem meios para retirar aquela gente que se apoderou completamente da área dos *kadiwéus*”.

O SPI era incapaz também de proteger comunidades indígenas do avanço das frentes expansionistas da agricultura e da pecuária. Em setembro de 1963, o inspetor do SPI Eneu Gonçalves de Paula fez uma longa viagem de inspeção na região do rio Javaé, em Goiás. Ao passar pelo posto indígena Damiana da Cunha, encontrou 105 índios, dos quais 23 crianças

“[...] em completo abandono, no meio de uma capoeira, numa ponte de areia formada pelo rio Javaé, sem sequer um pé de mandioca para comer, uma vez que suas roças, nas quais andei, não possuem nada plantado. [...] A pobreza ali é muito grande e não tem aonde comprar remédios a não ser no Formoso, que fica a 20 léguas de distância. [...] Muitas crianças doentes de febre, maleitas, catapora, varíola, eu resolvi ceder alguns remédios em troca de galinhas”.

Mais adiante, perto do lago Savacan, Eneu encontrou mais 46 índios.

“O seu estado de saúde não é bom, muitas crianças com verminose, muito impaludismo, tem pequenas roças, e estão completamente cercados pelos retiros de gados de fazendeiros ali localizados, estão em completo abandono sem uma assistência do SPI”.<sup>15</sup>

Anos depois, Eneu, militar do Exército e antigo colaborador do sertanista Meireles, pagou com a própria vida as condições insalubres nas bases indígenas montadas pelo governo. Ele morreu em 5 de junho de 1970, “vítima de hepatite palúdica”<sup>16</sup>, na frente de atração dos índios cintas-largas, no então território de Rondônia.

A situação caótica nos postos indígenas por certo está na origem de muitas mortes entre os indígenas, como é possível concluir pela consulta de alguns documentos que sobreviveram ao tempo. Em fevereiro de 1964, por exemplo, o responsável pela 6ª Inspeção do SPI, em Cuiabá, descreveu ao médico Noel Nutels que nada menos que 75 índios xavantes e bakairis haviam perecido por doenças no ano anterior.

“Por ocasião da inesperada epidemia surgida entre os xavantes e bacairis desdobrei-me movimentando inclusive meus familiares e amigos (cópias anexas de telegramas ao senhor dr. Noel Nutels). Com a finalidade de evitar, como felizmente foi possível, a morte dos doentes, que no ano anterior morreram 75 *creaturas*”.<sup>17</sup>

Mas se era essa a situação geral dos índios aldeados – fome e miséria, doenças, crônica falta de recursos, desvios da renda indígena, exploração e invasão das terras indígenas –, como estaria o SPI se saindo no tocante à sua outra atribuição, o contato e a proteção das tribos consideradas hostis ou arredias? O quadro não era nada bom, a julgar pela tragédia dos pacaás-novos.

---

15 Relatórios assinados por Eneu Gonçalves de Paula e dirigidos ao chefe da 8ª Inspeção Regional do SPI, Írio Dutra, datados de 23 de setembro de 1963.

16 Mensagem ao Congresso Nacional nº 232, de julho de 1971, sobre projeto de lei para concessão de pensão especial a familiares de Eneu, no valor de apenas dois salários mínimos mensais. Embora ele trabalhasse há cerca de dez anos nas ações de pacificação de várias tribos, o Ministério da Agricultura havia perdido, em incêndio, os documentos que o ligavam ao Estado brasileiro, daí a necessidade da pensão especial. Em ofício à Câmara, o então ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, disse que Eneu “sacrificou a própria vida à causa indigenista”.

17 Carta assinada pelo chefe da 6ª Inspeção Regional, José Baptista Ferreira Filho, endereçada ao diretor do SPI e datada de 3 de fevereiro de 1964.

No início da década de 60, um grupo de índios dessa etnia, hoje conhecidos como Wari, viviam intensas escaramuças com *civilizados*, morrendo, mas também atacando e matando nas proximidades da cidade de Guajará-Mirim, no então Território Federal de Rondônia. Notícias ainda mais preocupantes começaram a chegar ao bispo Francisco Xavier Rey, francês de nascimento, da prelazia da região. Ele pedia providências ao governo do Território para evitar um massacre de índios. Seu braço direito, o padre Luiz Roberto Gomes de Arruda, que depois se tornou bispo da região, até morrer em 2003, descreveu em sessão no Congresso Nacional:

“Havia seringalistas que organizavam expedições para o massacre de aldeamentos inteiros. Conheci vários que tomaram parte nessas expedições e dizem eles que iam forçados pelos seringueiros, pelos patrões, para arrasar as aldeias dos índios e tudo que ali estivesse. Havia em média 50 a 100 índios por aldeia e a ordem era exterminar até o último, não devendo ficar sequer uma criança. Assim sendo, os índios por sua vez revidavam e vinham até as proximidades da cidade fazer a sua represália, o que fazia qualquer um, embora civilizado. Talvez teríamos até feito pior”.<sup>18</sup>

Por fim organizou-se uma expedição com o objetivo de contatar os pacaás-novos e trazê-los para junto de outro grupo da mesma etnia que já havia sido contatado nos anos 50 – grupo esse, aliás, que já estava “todos morrendo de tuberculose, além da gripe, enfraquecidos, desesperados de fome” (*idem*). A expedição foi montada com recursos mobilizados pelo governador do Território, Abelardo Alvarenga Mafra, pela prefeitura local e pela Prelazia. Em abril, o jornal “A Província do Pará” anunciou que “o próprio presidente Jânio Quadros determinou ao diretor geral do SPI, Tasso Villar de Aquino, a pacificação dos pacaás-novos”, pois haviam se tornado “o terror daquela região”.<sup>19</sup> O jornal “Correio da Manhã” noticiou, com base numa entrevista concedida por Geraldo de Rezende Martins, presidente-substituto da Comissão de Assuntos Territoriais do Ministério da Justiça, que os índios estavam sendo “dizimados a metralhadora pelos exploradores de borracha e castanha”, tendo, em represália, assassinado o rapaz Elias Francisco de Moraes, de 16 anos.

O chefe da “Expedição Mafra”, referência ao sobrenome do governador, seria José Fernando da Cruz, um agente do SPI. Quando ele foi comprar produtos a crédito no comércio local, ninguém quis vender ao SPI, notório devedor na praça, segundo testemunhou o padre Arruda. A expedição, formada também por índios pacaás-novos, por fim partiu de Guajará-Mirim em 20 de maio de 1961. Um mês depois, os índios desfecharam um ataque contra o acampamento central da expedição, com um trabalhador ferido a flecha no ombro. Dias depois, dez guerreiros apareceram e decidiram passar a noite no acampamento dos *civilizados*, na beira do rio Ocaia.

Preocupado com esse contato, o padre disse que propôs um regresso a Guajará-Mirim, a fim de adquirir medicamentos: “Porque todos sabemos, imediatamente feito o contato é preciso se precaver contra a gripe que geralmente ataca os índios”.

O agente do SPI deixou o local, dizendo que tinha um compromisso rio acima, e a chefia da operação foi repassada a missionários do grupo evangélico Novas Tribos do Brasil, que haviam se apro-

18 Depoimento prestado pelo frei Roberto Gomes de Arruda em 21 de agosto de 1963 à CPI do Congresso Nacional.

19 “A Província do Pará”, de 19 de abril de 1961, “Expedição do SPI vai afinal pacificar os ferozes Pacaas Novas”. Biblioteca da Funai, Brasília.

ximado quando que a notícia do novo contato se espalhou pelos moradores das margens do rio. Assim que chegou à cidade, o padre soube por bilhetes de socorro, trazidos por viajantes daquelas regiões, que “a gripe começou a atacar os índios”. Em um índio recém-contatado, cujo organismo é despreparado para certos tipos de doenças que incidem em *civilizados*, uma doença pode matar rapidamente, se não for contida a tempo com antibióticos. Há relatos de sertanistas que presenciaram uma simples gripe evoluir para uma pneumonia fatal em apenas 24 horas. Os índios também morrem de inanição pois, sem forças para o trabalho, não conseguem caçar, pescar ou trabalhar a terra.

O padre fez uma busca por remédios na cidade, mas não tinha os recursos necessários e as farmácias não eram devidamente equipadas. Ele recorreu ao governador do Território, em Porto Velho, mas “quase nada” conseguiu, “apenas embrulhos de remédios muito escassos”.

O padre disse que pretendia regressar imediatamente ao rio Ocaia, mas recebeu um recado do servidor do SPI de que queria subir o rio com ele, bastando que esperasse alguns dias porque haveria um evento sobre “a independência da Bolívia” e ele precisava lá comparecer.

“Os doentes morrendo, mas eles precisavam de festa”, desabafou o padre dois anos depois, à CPI do Índio.

Quando enfim conseguiu regressar ao rio Ocaia, já se havia passado mais de um mês. Ele encontrou um cenário macabro e desesperador. Os antigos membros da expedição haviam deixado o local, pois não recebiam pagamento. As malocas estavam vazias, “e os doentes esparramados pelo mato”. Em uma aldeia, o padre reuniu 39 doentes, “doentes esqueléticos, completamente prostrados”. Em outra aldeia grande, o padre contou 49 índios doentes, alguns já com pneumonia. Com a ajuda dos índios, carregou os doentes para uma aldeia, onde contou cerca de 90 doentes. E anotou: “alguns já convalescendo, outros completamente prostrados, tendo morrido dois nessa época”.

Nesse momento crítico, disse o padre, o servidor do SPI se ausentou novamente, para se encontrar com um seringalista que havia lhe prometido “uma recepção triunfal com muita cachaça e cerveja”. Antes de ir, deu ao padre uma carta “nomeando-lhe chefe supremo do setor todo de Pacaás-Novos”. O padre e os índios lutaram por 20 dias contra a epidemia, até que o servidor do SPI regressou, ordenando-lhe que regressasse para Guajará-Mirim. O padre queria manter um civilizado entre os índios, para continuar aplicando injeções, mas o homem do SPI “discordou da minha solicitação, e quando ele voltou já a epidemia grassava novamente entre os índios, tendo morrido vários”.

O frei franciscano calculou entre 2,5 mil e 3 mil o número original de pacaás-novos desse grupo na época do contato.

Depois de todo esse dramático e detalhado relato, o presidente da CPI, Valério Magalhães, simplesmente indagou qual a opinião do padre sobre um determinado inspetor, sem aprofundar qualquer aspecto da morte impressionante dos índios, levados a encontrar com *civilizados* sem preparo, sem medicamentos e sem alimentação suficientes. Na prática, os índios foram atraídos ao próprio extermínio. O depoimento se encerrou sem qualquer outra pergunta sobre os pacaás-novos mortos nesse episódio, não ficando claro o número real de mortos, restando apenas dois pedaços de informação: primeiro “dois” e depois “vários” morreram. O padre se tornou bispo de Guajará-Mirim, ali exercendo suas ati-

vidades até morrer, em 2003. Afora seu longo e detalhado depoimento à CPI, não tornou público nenhum outro relato sobre a expedição.

A palavra do padre foi confrontada com a do então diretor do SPI, Moacyr Ribeiro Coelho, em acareação feita pela CPI em 22 de agosto de 1963. Em nenhum momento Coelho desmentiu as mortes. Ele disse que esteve na área dos Pacaás-novos no início de 1962, mas para apurar outro assunto, a origem de imagens que, denunciava a revista “O Cruzeiro” de forma sensacionalista, mostrava antropofagia entre os pacaás-novos. A suspeita era que o mesmo servidor da expedição catastrófica, Cruz, havia vendido as imagens para a revista. Seguiu-se o seguinte diálogo entre o padre e o coronel, segundo os registros da Câmara:

Coronel: “O que predominava, a tônica do problema, era o da antropofagia dos pacaás-novos. Até o momento, a situação em que os índios estava era completamente desconhecida. [...] A minha viagem não se prendia especificamente ao fato dos índios pacaás-novos, mesmo porque àquela altura não se sabia que eles estavam morrendo desse jeito”.

Padre: “Tinha pleno conhecimento”

Coronel: “Mas nada falou”.

Padre: “Falei, mas sem resultado”.

Coronel: “Para o SPI o fato era completamente desconhecido, como também o resultado da pacificação”.

O coronel insistiu que a organização da expedição ocorrera antes de sua posse no SPI, o que era verdade, e que nada sabia sobre as mortes. A acareação novamente terminou sem que qualquer parlamentar indagasse ao diretor do SPI o número real de mortos e se a expedição seria investigada pelos seus eventuais erros de terríveis consequências.

Meses depois da acareação, Coelho enviou um ofício ao ministro da Agricultura no qual explicitamente confirma a tragédia que desabou sobre os pacaás-novos por culpa de uma expedição desastrosa. Ele repetiu que foi à região para averiguar as imagens “antropofágicas” e acabou por confirmar a prática, mas também um quadro desolador sobre a saúde dos índios.

“Infelizmente, e sem que de tal ainda a Direção tivesse conhecimento, deparou-se aos olhos dos que penetraram na selva dos pacaás-Novos, um quadro tétrico, repleto de misérias, abandono e doença, consequências funestas da imprevisão e inépcia dos que ordenaram, organizaram e dirigiram a chamada ‘Expedição Mafra’. Esta Direção, ainda em Rondônia, mobilizou os poucos recursos de que dispunha no sentido de fornecer aos índios \_já dizimados pelas doenças, subnutridos e famintos\_ toda a assistência que pôde promover de imediato: aquisição de alimentos (farinha e carne), medicamentos e a colaboração, prestimosa e desvelada, dos Missionários protestantes”.

O desastre é confirmado e consta do Relatório Figueiredo. Entre setembro e dezembro de 1962, portanto meses depois da expedição, Francisco Meireles foi enviado à região por ordem do diretor, Moacyr Coelho. A descrição de Meireles choca ainda hoje pela crueza. Ele encontrou os índios disputando comida com animais.

“O fato é que o grupo de índios pacaás-novos, o último a ser atraído, estava em péssimas condições assistenciais, enfrentando o problema da fome, pois como estavam empenhados em trabalhos de lavoura, longe de suas aldeias, não tinham mais com que se alimentar. Acabaram com as provisões que trouxeram e liquidaram uma roça do índio Domingos de forma que, quando nossos tropeiros procederam à distribuição de ração aos cavalos, foi com tristeza que presenciamos os índios disputando, com os animais, as rações de milho que os mesmos comiam”.

O Boletim Interno do SPI de número 52, dos meses de janeiro e fevereiro de 1962, fala da crise de saúde de uma forma codificada, ao ressaltar o papel de missionários do grupo Novas Tribos do Brasil.

“Esses missionários vêm prestando ao Serviço de Proteção aos Índios na grave crise que se abateu sobre os Pacaás-novos, serviços preciosos e inestimáveis, acudindo-os na selva com dedicação apostólica”.

Em 20 de dezembro de 1961, o jornal “O Globo” publicou uma reportagem impressionante não pelo que revela, mas pelo que esconde. Baseada numa entrevista concedida por Meireles, a reportagem concentra-se novamente na suposta cena de antropofagia fotografada pelo servidor do SPI José Cruz, descrito por Meireles como “um dos mais valorosos e destemidos funcionários do SPI”. Diz que o corpo comido pelos índios era o de uma criança índia de 10 anos de idade “que morrera atacada de gripe” – sem dizer onde e quando ela contraiu a doença. Um “surto de gripe” e “mortos” são de novo citados por Meireles, mas apenas para explicar o canibalismo:

“Quando Fernando tinha grande número de índios pacificados, alguns deles diziam que, com o surto de gripe, a atividade de caça e pesca estava praticamente paralisada. E reclamavam contra o pessoal da expedição, que enterrava os índios mortos, deixando a tribo com fome. E foi uma luta terrível para convencê-los de que não deveriam comer seus semelhantes e muito menos os que morriam doentes, pois estavam, assim, contribuindo para que o surto aumentasse cada vez mais”.<sup>20</sup>

Sete dias depois, um outro integrante da expedição, Gilberto Gama, deu uma entrevista a “O Globo” no qual acusou Cruz de ter vendido as fotos da antropofagia para a revista “O Cruzeiro” por Cr\$ 250 mil – a venda foi confirmada depois pelo SPI que, contudo, relativizou o fato, dizendo que o dinheiro havia sido empregado na ajuda aos próprios índios. Gama acusou Cruz de fazer a expedição “como se tudo não passasse de um safári nas selvas”, levando “garrafas de uísque e gêneros dos mais requintados”, para depois “fazer promoção pessoal junto à imprensa de vários Estados”. Ao final, teria “abandonado” os outros trabalhadores da expedição “no meio das selvas, sem dinheiro e sem recursos para sobreviver”.<sup>21</sup> Gama disse que pediu demissão no meio da missão. Foi a entrevista de Gama que levou o coronel Coelho às selvas de Rondônia.

Anos depois, ouvido em comissão de inquérito do SPI que tratava de vários assuntos ao mesmo tempo, José Fernando da Cruz nunca foi interrogado sobre as circunstâncias do surto de gripe e o real número de mortos.

---

20 “Cenas Espantosas de Canibalismo entre os Pacaás Novos”, jornal “O Globo” de 20 de dezembro de 1961, edição matutina, pág. 12.

21 “Levou os Índios a Devorar o Cadáver de Uma Criança Para Vender as Fotografias”, jornal “O Globo” de 27 de dezembro de 1961, edição matutina, pág. 7.



Defendendo-se da suspeita de que tenha “descurado dos pacaás-novos”, em 1968 o servidor do SPI Alberico Soares Pereira, lotado na 8ª Inspetoria Regional, disse que não recebia os recursos necessários para atender os cerca de 1 mil índios da região, e que a região dos pacaás-novos “é fechada de mata virgem e pântanos. É plena selva amazônica. O acesso se faz a pé, pois nem em canoa se pode passar”.

A CPI de 1963 fez pouco caso da morte dos pacaás-novos. Os deputados estavam mais interessados em ir atrás de irregularidades administrativas e desvios. Foi tomado o depoimento de um dos principais nomes da história do SPI, José Maria da Gama Malcher, que dirigira o órgão de 1951 a 1955. Malcher, que havia se oferecido para depor, disse que “um grupo, ou não é um grupo, mas uma quadri-lha” apossara-se dos postos-chave do SPI “de 1955 para cá”, com o apoio de políticos do Rio Grande do Sul. Malcher contou aos deputados que no SPI

“Há a burocracia exagerada, a falta de salários apropriada, a falta de força para fazer valer os seus princípios em meio hostil. Nestes últimos 20 anos nenhuma dessas causas foi eliminada, mas todas foram agravadas, e foram acrescentadas mais duas: a interferência dos bastidores da política partidária e a corrupção que lavra em todas as esferas. Vão por aí as mais deslavadas negociatas com os bens do Serviço e inclusive de suas terras. Como se tudo isso não bastasse, ainda há a impunidade dos faltosos, a administração dos incapazes e o empreguismo, que vem completar o quadro triste. O SPI está cada vez mais distanciado de suas finalidades; é um órgão completamente desmoralizado”.

Malcher disse que mandou abrir “vinte e poucos” inquéritos, mas só um foi adiante. Contou ter recebido uma denúncia contra o chefe da 5ª Inspetoria, Joaquim Fausto Prado. Malcher mandou a Campo Grande um inspetor de sua confiança, Irineu dos Santos Júnior, para verificar o assunto. “O resultado foi trágico, porque o Fausto Prado matou o Irineu na própria sede do Serviço e suicidou-se logo depois.”

Malcher disse que o SPI era roubado das pequenas às grandes coisas. Contou que certa vez, quando atuava pelo órgão no Pará, mandou comprar um motor de centro para uma lancha. Porém, o equipamento enviado do Rio era usado, só fora pintado por fora. Contou que, quando virou diretor do SPI, demitiu logo de cara 25 funcionários. Um deles mais tarde retornou ao órgão e se tornou chefe da Seção de Administração. Disse que manteve um encontro com o filho do presidente Getúlio Vargas, o Maneco, então secretário de Agricultura no Rio Grande do Sul, mas ele

“Representava também madeireiros. [...] Ele queria propor-me o seguinte: além de quatro postos do SPI, existem os chamados toldos, aldeias de índios no Rio Grande do Sul, que não são subordinados ao SPI, mas à Secretaria de Terras do Rio Grande. Então, a proposta que o Maneco me fez foi a de que tirasse os ‘bugres’ \_expressão dele\_ para um posto de Mato Grosso, porque não se podia perder a quantidade enorme de pinheiros que existiam nas terras indígenas”.

Malcher disse que recusou a ideia.

Membro da CPI, o deputado Celso Amaral se surpreendeu com o tamanho da briga interna no SPI: “Pelo que vemos, o SPI preocupa-se mais com inquéritos e denúncias que com a própria administração. Não existe um funcionário que não tenha uma denúncia ou um inquérito contra si”.

Em outubro de 1963, enfraquecido pela CPI no Congresso, o coronel Coelho foi substituído na direção do SPI pelo médico Noel Nutels, ucraniano radicado no Brasil com mais de 20 anos de serviços prestados ao SPI e à Fundação Brasil Central, tendo participado da Expedição Roncador-Xingu nos anos 40. Nutels teve pouco tempo para mudar qualquer coisa no SPI: sua gestão foi encerrada bruscamente com o golpe militar de março de 1964 – Nutels saiu do órgão em junho do mesmo ano.

Em seguida ao golpe, diversos órgãos públicos passaram por devassas. Os militares estavam atrás tanto de comunistas quanto de qualquer irregularidade administrativa que pudesse ser usada para atingir a imagem do governo João Goulart. Algumas das justificativas para o golpe, afinal de contas, haviam sido o combate à corrupção e a moralização do serviço público. No âmbito do SPI, os militares também criaram um Inquérito Policial Militar, sob comando da Aeronáutica.

O ex-diretor do SPI Gama Malcher voltou à carga. Ele contou ter ficado animado pelo “espírito moralizador” do golpe de 64 e fez aos militares “novamente denúncias comprovadas”, com a ajuda de um servidor público, Gail de Aquino Vaz, e de um técnico em rádio do SPI, João Barreto de Souza.<sup>22</sup>

Malcher contou que as informações foram entregues ao marechal Estevão Taurino de Rezende e também aos encarregados de um IPM sobre o SPI. Três anos depois, contudo, Malcher disse que nunca recebeu qualquer informação dos militares sobre o resultado das denúncias.

Numa carta datada de 29 de julho de 1964, Vaz relatou ao marechal já ter entregue ao coronel Darcy Lázaro, um dos encarregados das investigações do IPM

“[...] Confidencialmente e sob reserva, uma relação de servidores tradicionalmente conhecidos no SPI como comunistas, cujas fichas, fomos posteriormente informados, foram solicitadas por nossa sugestão ao [CSN] Conselho de Segurança Nacional e aos DOPS de Brasília, Goiânia, Guanabara e Recife”.<sup>23</sup>

Segundo Vaz, o CSN “confirmara, em alguns casos a procedência, sendo que da Fábrica de Projéteis do Exército, no Andaraí (Guanabara) trabalhara um dos elementos suspeitos de que de lá havia sido expulso”.

Vaz também procurou o encarregado do IPM aberto no Ministério da Agricultura, general Olavo Rocha.

A carta de Vaz revela a confusão que se seguiu ao golpe militar. Em maio, o ministro da Agricultura Oscar Thompson Flores designou para responder pelo SPI o coronel da reserva Aristides Procópio de Assis. Vaz afirmou ter ouvido de Thompson que o nome de Assis seria sancionado pelo presidente Castello Branco. Mas o decreto teria “simplesmente” desaparecido, saindo publicado no “Diário Oficial” um outro, nomeando para o cargo o major da Aeronáutica Luís Vinhas Neves, que teria sido indicado pelo general Ernesto Geisel, então chefe da Casa Militar e futuro presidente da República, nos anos 70.

Vaz afirmou ter ouvido de Procópio de Assis que o novo ministro da Agricultura, Hugo Leme, que sucedeu Thompson no ministério, ficou contrariado ao verificar que a nomeação de Vinhas Neves

---

22 Depoimento prestado por Gama Malcher a Comissão de Inquérito do SPI, datado de 14 de setembro de 1967.

23 Carta de Gail de Aquino Vaz datada de 29 de julho de 1964, no Rio. Autos de Comissão de Inquérito (Relatório Figueiredo).

já veio como “fato consumado”, pronta para sua assinatura, no mesmo dia em que o ministro tomava posse.

O capitão da Aeronáutica começou sua carreira no SPI prometendo ação. Em agosto, reuniu-se em Brasília com os chefes de inspetorias e postos indígenas “para discussão de vários problemas e estabelecimentos de normas de ação”.<sup>24</sup> O ministro Hugo Leme apareceu para lhe dar apoio e dizer que concordava com as “diretrizes que vêm sendo seguidas pelo atual diretor do órgão”. Na reunião, Neves homenageou o sertanista Francisco Meireles, chamando-o de “o maior de seus homens”, e também o cacique terena Joaquim Figueira, morto aos 95 anos.<sup>25</sup>

O que os jornais não divulgaram, porém, foi uma série de Ordens de Serviço Internas emitidas por Vinhas Neves em 24 de agosto, naquela mesma reunião, e entregues a cada um dos nove inspetores do país. Elas tiveram enorme impacto no patrimônio de diversas terras indígenas, como veremos adiante. Vinhas Neves ordenou “proceder a venda do gado excedente e disponível dos Postos Indígenas, subordinados à mesma Inspeção, inclusive assinar os respectivos contratos e demais expedientes necessários”. Também determinou a todos “proceder a venda ou industrialização de madeiras nos Postos Indígenas subordinada à mesma IR”. Uma terceira série de ordens autorizava os servidores a “entrar em entendimentos com os interessados no arrendamento de terras para cultura ou pastagens, estipulando prazos, condições e demais requisitos”.

Os servidores autorizados foram os inspetores Benamour Brandão Fontes, Francisco Meireles, José Fernando da Cruz, o mesmo que havia sido acusado pelo padre, em 1963, de leniência na morte dos pacaás-novos, Orículo Castelo Branco Bandeira, Alan Kardec Martins Pedrosa, José Baptista Ferreira Filho, Alísio de Carvalho, Francisco José Vieira dos Santos e Itamar Zwicker Simões.<sup>26</sup>

Em outubro, Neves apareceu em Cuiabá (MT) dizendo que faria “uma remodelação das fazendas do SPI, visando um incremento da produção para proporcionar os meios necessários à melhoria das condições de vida dos silvícolas”.<sup>27</sup>

No campo do patrimônio indígena, o major Vinhas Neves tomou medidas esdrúxulas e suspeitas. Por meio de um “instrumento particular de contrato”, cedeu e transferiu ao empresário de garimpo Plínio Sebastião Xavier Benfica “o direito de preferência para pesquisa, lavra e exploração de minérios de qualquer tipo, numa área de terras indígenas” perto do igarapé Floresta, região habitada pelos índios pacaás-novos. Era uma região rica em cassiterita. Neves também escreveu uma carta com ordens expressas ao então inspetor regional Alberico Soares Pereira para autorizar Benfica “penetrar e pesquisar” a área: “Ele esteve comigo aqui em casa. Parece ser um homem sério e bem-intencionado. Ele pode explorar minério naquela área, dependendo da sua maneira de proceder. Mais tarde assinamos um contrato.”

Na mesma carta, Vinhas cobrou ação do inspetor para fazer funcionar uma serraria dentro da área indígena e levar os índios a trabalhar como agricultores: “Nossa serraria já começou a produzir alguma coisa? Os nossos índios, como vão de saúde? Alberico, temos que fazer muita roça. Só assim

24 “O Estado de S. Paulo”, 22 de agosto de 1964.

25 “O Globo” de 26 de agosto de 1964, Matutina, Geral, página 9.

26 Ordens de Serviço Internas emitidas por Luís Vinhas Neves, autos da Comissão de Inquérito do SPI (Relatório Figueiredo).

27 “O Estado de S. Paulo”, 16 de outubro de 1964, página 8.

eles têm uma reserva alimentar garantida. Não esmoreça nesse assunto. Roça, muita roça. Põe enxada na mão da indiada.”

Como seria de se esperar, a autorização para Benfica deu uma tremenda dor de cabeça para o SPI. Com a ordem de Vinhas na mão, Benfica construiu um campo de aviação, “diversas casas” e começou a retirar o minério. Contudo, outro garimpeiro, Flodoaldo Pontes Pinto, alegou ter sido prejudicado pelo SPI e os “dois lados [foram] se armando”, conforme alertou um relatório do SPI. O governador do Território de Rondônia foi ao Rio de Janeiro pediu providências ao Ministério da Agricultura que, por fim, mandou Benfica sair da região.

Em outubro de 1964, o major Vinhas expediu uma “credencial” pela qual autorizou o ex-servidor do SPI Alberto Pizarro Jacobina a administrar três “fazendas do SPI”, em áreas kadiwéu, bakairi e xavante. No começo de 1965, Jacobina foi ao encontro do inspetor regional do SPI Gilberto Pinto Figueiredo para que ele vendesse mais de 250 bois na área xavante de São Marcos. Figueiredo primeiro resistiu à ordem, mas acabou vendendo o gado em junho de 1965. O dinheiro foi entregue em três parcelas, uma das quais “remetida integralmente ao major Vinhas Neves”, como Figueiredo disse tempos depois. Jacobina promoveu as vendas de gado em várias localidades.

Vinhas pelo menos uma vez admitiu publicamente que o órgão “não estava atingindo os seus objetivos”, e atribuiu as dificuldades à falta de verba. Contou que o orçamento do órgão, no ano de 1965, foi de Cr\$ 250 milhões, enquanto que apenas uma prelazia da Igreja Católica, na região do Rio Negro, no Amazonas, recebera do governo Cr\$ 1 bilhão no mesmo período.<sup>28</sup>

Em abril de 1966, Vinhas deixou o SPI. Tomou posse no cargo o coronel da Polícia Militar do Paraná Hamilton de Oliveira Castro. Depois ele diria que encontrou o SPI “em situação quase que calamitosa”. A contabilidade existia “de forma precária” e sequer recebeu “prestações de contas e inventários”, porque “não havia meios necessários para adoção dessas medidas”. A exemplo dos anos anteriores ao golpe, a direção continuava sem saber quais os frutos da Renda Indígena. Para levantar recursos nos postos indígenas, Castro também autorizou a venda de madeira dos índios, segundo ele, “em vias de deterioração”. Castro afirmou que procurou moralizar o órgão. Suspendeu os arrendamentos de terras indígenas e vendeu apenas “25 ou 29 reses”, que seria um gado velho. O dinheiro da renda indígena passou a ser depositado na conta do Fundo Agropecuário sob controle da União, e não mais enviado ao próprio diretor do órgão, ao contrário do que ocorria na gestão de Vinhas Neves. Castro mandou abrir inquéritos para apurar irregularidades, mas deixou o órgão, em 1966, sem saber do resultado. Ele ficou 1 ano e 4 meses no cargo. Sua saída, a pedido, estaria novamente relacionada à falta de dinheiro, segundo relatou a imprensa na época. O terceiro diretor do SPI na ditadura era também um militar, o tenente-coronel Heleno Nunes. Ele ficou apenas quatro meses no cargo e seria o último dirigente do órgão.

Em março de 1967, como vimos, o general Castello Branco perdeu a disputa interna pelo poder e passou a faixa presidencial ao general linha-dura Arthur da Costa e Silva, inaugurando um dos períodos mais repressivos da ditadura. Ao tomar posse, o novo presidente anunciou uma reforma ministerial, na qual o SPI passou para o âmbito do Ministério do Interior, depois de ter ficado quase 30

---

28 “O Estado de S. Paulo”, 24 de dezembro de 1965, página 7.

anos, desde 1939, sob o controle da Agricultura. O governo também trocou o ministro do Interior, colocando no cargo um ativo participante do golpe militar Afonso Augusto de Albuquerque Lima. A partir daí, o fim do SPI estava desenhado.

*Rubens Valente, repórter desde 1989, é formado em Comunicação Social pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e trabalha na sucursal da Folha de S. Paulo em Brasília. Autor de “Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura (Companhia das Letras, 2017)” e “Operação banqueiro” (Geração Editorial, 2014).*

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CORREIA, Jáder de Figueiredo. Processo nº 4.483 (Relatório Figueiredo). 1968. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=>>

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2001. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível on line: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

## **AGONIA E EXTINÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO NA DITADURA MILITAR**

**RESUMO:** A partir de pesquisa em documentos do período da ditadura militar (1964-1985) hoje abertos à pesquisa no Arquivo Nacional de Brasília, jornais e outros documentos da época, o jornalista trata da crise do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) que levaria à extinção, em 1967, do órgão encarregado da execução da política indigenista. Os registros mostram os impactos, em diversos grupos indígenas, da penúria e dos desmandos administrativos do SPI. O artigo informa sobre os aspectos políticos que cercaram a extinção do órgão indigenista e a criação de um novo organismo, a Funai (Fundação Nacional do Índio), no contexto de uma disputa política travada entre generais do Exército pela Presidência da República.

**Palavras-chave:** Ditadura militar no Brasil (1964-1985); SPI; Política Indigenista; Indígenas; Funai.

## **AGONY AND EXTINCTION OF THE INDIAN PROTECTION SERVICE IN THE MILITARY DICTATORSHIP**

**ABSTRACT:** Based on research in documents from the period of the military dictatorship (1964-1985) today open to research in the National Archives of Brasília, newspapers and other documents of the time, the journalist deals with the crisis of the SPI (Indian Protection Service) that would lead to the extinction, in 1967, of the organ in charge of the execution of the indigenous policy. The records show the impacts, in several indigenous groups, of the poverty and administrative misdemeanors of the SPI. The article also mentions the political aspects that surrounded the extinction of the indigenous organ and the creation of a new organism, Funai (Fundação Nacional do Índio), in the context of a political struggle between army generals to obtain the Presidency of the Republic.

**Keywords:** Military dictatorship in Brazil (1964-1985); SPI; Indigenous policy; Indigenous people; Funai.

RECEBIDO: 04/11/2019

APROVADO: 05/12/2019